

## Capítulo 4

# Agroecología e Desenvolvimento Rural Sustentável

*Eduardo Sevilla Guzmán*



## Introdução

Altieri (1977), em seu primeiro manual sistemático, a agroecologia foi definida como sendo “ as bases científicas para uma agricultura ecológica ”. Seu conhecimento haveria de ser gerado mediante a orquestração das visões de diferentes disciplinas para, mediante a análise de todo tipo de processos da atividade agrária, em seu sentido mais amplo, compreender o funcionamento dos ciclos minerais, das transformações de energia, dos processos biológicos e das relações socioeconômicas, como um todo.

Provavelmente, até agora, na caracterização mais acabada de agroecologia, se desvela, em grande medida, o funcionamento ecológico necessário para se praticar uma agricultura sustentável (GLIESSMAN, citado por GUZMÁN CASADO et al., 2000). Isso sem esquecer da equidade, ou seja, da busca da agroecologia a um acesso igualitário aos meios de vida. A integralidade do enfoque da agroecologia requer, pois, a articulação de suas dimensões técnica e social (SEVILLA GUZMÁN e GONZÁLEZ DE MOLINA, citado por GUZMÁN CASADO et al., 2000).

Nos últimos anos, a agroecologia está virando moda, ao ser utilizada como mera técnica ou instrumento metodológico para compreender melhor o funcionamento e a dinâmica dos sistemas agrários e resolver a grande quantidade de problemas técnico-agronômicos que as ciências agrárias convencionais não conseguem esclarecer. Contudo, essa dimensão restrita – que está conseguindo bastante espaço no mundo da pesquisa e do ensino como um saber essencialmente acadêmico – carece totalmente de compromissos socioambientais. Nessa maneira de entender a agroecologia, as variáveis sociais funcionam para compreender a dimensão entrópica da deterioração dos recursos naturais nos sistemas agrários.

Assim, assume-se a importância, mas não se buscam soluções globais que ultrapassem o âmbito da propriedade ou da técnica concreta que se encontra em questão. Na realidade, essa adulteração da agroecologia ou agroecologia fraca não se diferencia demais da agronomia convencional e não prevê nada, além de uma ruptura parcial das visões tradicionais.

Num sentido amplo, a agroecologia possui uma dimensão integral, na qual as variáveis sociais ocupam um papel relevante, mesmo porque, partindo da dimensão técnica anteriormente assinalada e tendo seu primeiro nível de análise na propriedade agrária, é a partir daí que se pretende compreender

as múltiplas formas de dependência que o funcionamento atual da política e da economia provoca nos agricultores. Os outros níveis de análise da agroecologia (GUZMÁN CASADO et al., 2000) consideram como central a matriz comunitária em que se insere o agricultor, isto é, a matriz sociocultural que proporciona uma praxis intelectual e política à sua identidade local e à sua rede de relações sociais.

A agroecologia pretende, pois, que os processos de transição da agricultura convencional para a agricultura ecológica, na unidade de produção agrícola, se desenvolvam nesse contexto sociocultural e político e suponham propostas coletivas que transformem as relações de dependência anteriormente assinaladas. Para tanto, a agroecologia – que por sua natureza ecológica se propõe a evitar a deterioração dos recursos naturais – deve ir além do nível da produção, para introduzir-se nos processos de circulação, transformando os mecanismos de exploração social (evitando assim a deterioração causada à sociedade nas transações mediadas pelo valor de troca).

A agroecologia aparece assim como desenvolvimento sustentável, ou seja, a utilização de experiências produtivas em agricultura ecológica na elaboração de propostas para ações sociais coletivas que demonstrem a lógica predatória do modelo produtivo agroindustrial hegemônico, permitindo sua substituição por outro que aponte para uma agricultura socialmente mais justa, economicamente viável e ecologicamente apropriada (GUZMÁN CASADO et al., 2000).

Isso acarreta importantes implicações. O papel destacado que a análise dos agroecossistemas permite às variáveis sociais, envolve o pesquisador na realidade estudada, na medida em que este aceita colocar em pé de igualdade com seu conhecimento, o conhecimento local gerado pelos produtores. Além disso, as novas propostas produtivas, em sua dimensão de desenvolvimento social, requerem uma pesquisa/ação participativa que destrua a natureza de objeto estudado normalmente atribuída aos produtores.

Essa imagem do produtor deve ser alterada, pois este, na realidade, representa o núcleo central no traçado e na tomada de decisões no âmbito das referidas propostas. Normalmente, isso desemboca num forte compromisso ético com a solução dos problemas ambientais, mas também dos sociais, como forma perdurável de eliminação. Não é de se estranhar, portanto, que a agroecologia tenha surgido precisamente por meio de uma interação entre os produtores – que rebelam-se diante da deterioração da

natureza e da sociedade provocada pelo modelo produtivo hegemônico – e os pesquisadores e professores mais comprometidos na busca de alternativas.

## **Sobre conceitos de desenvolvimento e desenvolvimento rural no pensamento científico convencional**

Em sua definição mais ampla, o conceito de desenvolvimento significa “o despertar das potencialidades de uma identidade, biológica ou sociocultural”. Trata-se de alcançar um estágio superior, ou mais elevado que o anterior, tanto quantitativa quanto qualitativamente. O aspecto quantitativo do desenvolvimento chama-se crescimento, isto é, o aumento natural de tamanho por adição de material por meio de assimilação ou de acréscimo.

A dimensão qualitativa do desenvolvimento refere-se aos aspectos energéticos que permitem o avanço ou a obtenção de maior alcance, o que pode ocorrer, ainda que esta não seja a regra, sem a necessidade de crescimento.

A primeira conceitualização – suficientemente rigorosa, do desenvolvimento – ocorreu em meados do século 18, no âmbito das ciências naturais, quando Caspar Friederich Wolff (1733 – 1734) definiu o desenvolvimento embrionário como o crescimento alométrico (variação das relações entre as partes) até a forma apropriada do ser. Sem utilizar a palavra desenvolvimento, mas aprofundando o conceito e introduzindo nele a noção de avanço para formas mais perfeitas, um século mais tarde, Darwin designou a palavra evolução como sinônimo de desenvolvimento, ao elaborar sua *Teoria da Evolução das Espécies*.

Embora, provavelmente, sua primeira utilização nas ciências sociais tivesse ocorrido no século 14, com Ibn Jadun, inicialmente a teoria sociológica da evolução e sua conceituação mantiveram o legado das teorias evolucionistas da Filosofia da História (desde Giambattista Vico até Herder e Hegel). Contudo, deve-se a Karl Marx o conceito de desenvolvimento ao introduzi-lo no processo histórico.

Não obstante, o pensamento científico liberal aplicou à economia o conceito de desenvolvimento e este passou a adquirir uma forte dimensão etnocentrista, ao identificar-se a maior plenitude ou superioridade com a trajetória histórica percorrida pela identidade sociocultural ocidental e as formas de produção e consumo por ela elaboradas.

Assim, o desenvolvimento pode ser definido como o crescimento econômico (incremento do produto nacional bruto) acompanhado de uma mudança social e cultural (modernização) que tem lugar numa determinada sociedade, geralmente um estado/nação, como consequência de ações realizadas. Isso significa a elaboração de uma estratégia de planificação da mudança para melhorar a qualidade de vida de sua população.

Compreende-se por modernização, um novo nome para um velho processo: a ocidentalização, isto é, a mudança sociocultural e política que as potências coloniais impunham a suas colônias. Nesse contexto, adquire sentido, a melhor análise até agora realizada, do conceito de desenvolvimento. Tal análise é feita por Gustavo Esteva, quando assinala que o desenvolvimento não pode desligar-se das palavras com as quais se formou – evolução, crescimento, maturação.

Do mesmo modo de que quem a emprega atualmente não pode livrar-se da rede de sentidos que produz uma cegueira específica a sua linguagem, seu pensamento e sua ação. Não importa o conceito que se empregue ou a conotação precisa que a pessoa que o usa queira dar-lhe, a expressão encontra-se qualificada e tonalizada por significados às vezes indesejáveis.

A palavra implica sempre uma troca favorável, uma passagem do simples ao complexo, do inferior ao superior, do pior ao melhor. Indica também que alguém age corretamente porque avança para uma lei necessária, inelutável e universal, para uma meta desejável. Até hoje, a palavra guarda o significado que a ela foi dado há 1 século, pelo criador da ecologia: Haeckel.

Assim, a noção de desenvolvimento tornou-se a palavra mágica com a qual podemos resolver todos os mistérios que nos rodeiam ou, pelo menos, podem nos levar a sua solução. Contudo, para duas terças partes da população mundial, esse significado positivo da palavra desenvolvimento (profundamente enraizado após 2 séculos de construção social) é um atestado do contrário desse significado. Recordar-lhes uma condição indesejável e indigna. Para escapar disso, esses povos teriam que tornar-se escravos de sonhos alheios (Esteva, citado por GUZMÁN CASADO et al., 2000).

Quando o desenvolvimento não se refere ao conjunto de uma sociedade, mas se concentra em áreas, rurais ou urbanas, nas quais se pretende melhorar o nível de vida de sua população, por meio de processos de participação local mediante a valorização de seus próprios recursos, isso se define como desenvolvimento rural ou urbano.

O primeiro passo para analisar o desenvolvimento rural-urbano consiste em situar o caráter teórico dos esquemas de desenvolvimento que se deseja acionar. Ainda que sempre se aponte como objetivo a melhora do nível de vida da população da área assinalada, por meio de processos de descentralização, participação local e valorização da utilização de recursos próprios, o marco teórico de onde parte tal desenvolvimento é o determinante último da natureza de tais ações.

Lamentavelmente, a maior parte das ações até agora realizadas tem sido implementada desde a perspectiva do liberalismo econômico histórico ou desde o neoliberalismo. É por isso que, em linhas gerais, os resultados obtidos não foram de todo satisfatórios, em relação ao que era desejado.

Além disso, é necessário argumentar que as intervenções não foram sempre marcadas pelo mesmo objetivo: melhorar o nível de vida da população. Desde suas origens, o conceito de desenvolvimento para a periferia esteve sempre associado à idéia de ajuda ou cooperação para o desenvolvimento, provocando uma dimensão de imposição paternalista, de cima para baixo que anulava as possibilidades de participação real da população. Por isso, em muitos casos, tais ações não tiveram mais do que a intenção de assentar as bases de uma nova forma de colonialismo sutil, que terminava satisfazendo, unicamente, as demandas de expansão dos interesses econômicos dos países centrais (VILLASANTE, 1995).

Durante uma boa parte do século 19 – e até mesmo o início do século 20 –, foi-se configurando, como hegemônico, o modelo produtivo urbano-industrial cuja lógica, de movimentar pessoas para onde se concentrava o capital, foi consolidando uma estrutura de poder que situava o campo e as comunidades rurais numa posição cada vez mais marginal e dependente frente às cidades que viram incrementado seu poder com a hegemonia industrial (FERNANDEZ DURÁN, citado por GUZMÁN CASADO et al., 2000).

Entretanto, as cidades, longe de serem espaços socioeconômicos homogêneos, configuram-se novamente como um centro onde se acumulam a renda e os serviços, e uma periferia constituída por grandes bolsões de pobreza provenientes da migração rural. Tais desequilíbrios foram enfrentados com políticas determinadas a elevar o nível de vida da população do campo, definidas como desenvolvimento rural ou, em certos casos, urbano (LONG, 1977; CASTELLS, 1972).

Noutro momento, interpretamos a trajetória histórica do desenvolvimento rural como a passagem da questão agrária para a questão socioambiental

(SEVILLA GUZMÁN e WOODGATE, citado por GUZMÁN CASADO et al., 2000). Assim, Castells (1972, 1998) interpreta o desenvolvimento urbano como a passagem da questão urbana para a questão informacional.

A natureza desses papéis (a agroecologia como desenvolvimento e as limitações de espaço) obriga-nos a centrar-nos no desenvolvimento rural, embora pudéssemos, também, adentrar-nos numa agroecologia como desenvolvimento urbano, com o esboço de estratégias participativas de agricultura ecológico-urbana.

O debate sobre a questão agrária indicava qual deveria ser a natureza de manejo dos recursos naturais e o papel do campesinato no processo histórico. Esse debate encerrou-se em finais do século 19, diante do consenso tanto no interior do pensamento liberal quanto do marxismo, ao redefinir a agricultura como um ramo da indústria e relegar ao campesinato a posição de resíduo anacrônico que inelutavelmente, haveria de ser sacrificado nos altares da modernidade de natureza urbana (CASTELLS, 1972; GINER; SEVILLA GUZMÁN, 1980). De qualquer forma, desse debate surgiu uma praxis intelectual e política pro-camponesa que pode ser interpretada como um precedente do desenvolvimento rural e que consideraremos no parágrafo seguinte.

Na Tabela 1, apresentamos as teorias (ou marcos teóricos) que apresentam um papel mais importante na implementação do desenvolvimento rural que, como veremos detalhadamente na seqüência, estão agrupadas em três categorias ou formas históricas do desenvolvimento rural: o Desenvolvimento Comunitário; o Desenvolvimento Rural Integrado e o Desenvolvimento Rural Sustentável.

Essas três categorias ou formas se inscrevem no desenvolvimento rural do pensamento científico convencional que, embora como epistemologia constituía "o manejo do risco a não equivocar-nos", como estrutura social se vê submetida às pressões da estrutura de poder gerada pelos interesses econômicos e políticos das instituições que com ela interagem.

Isso determina que, em muitos casos, o funcionamento da ciência esteja mediado por forças alheias à natureza última de sua pesquisa: a caracterização, explicação e predição da realidade, tanto natural como social, para preservá-la de qualquer forma de deterioração.

As teorias ou marcos teóricos – subjacentes a cada forma histórica de desenvolvimento rural –, têm sido agrupadas em perspectivas teóricas, que precedem à denominação que atribuímos a cada um dos três tipos de desenvolvimento rural.



**Tabela 1.** Perspectivas e marcos teóricos do desenvolvimento rural no pensamento científico convencional.

Marcos teóricos	Autores-chave
Perspectiva teórica da sociologia da vida rural: desenvolvimento comunitário	
A comunidade "rururbana"	C. Galpin
O continuum rural-urbano	P. Sorokin and C. Zimmerman
As bases de poder da comunidade rural	W. Llyod Warner and others
Perspectiva teórica da modernização agrária: desenvolvimento rural integrado	
Familismo amoral	E. C. Banfield
A imagem do bem limitado	G. Foster
A modernização dos camponeses	E. Rogers
As etapas do crescimento econômico	W.W. Rostow / C. Clark
O dualismo econômico	W.A. Lewis
A agricultura de altos <i>inputs</i> externos	T. Shultz / R. Weis
A mudança tecnológica induzida	V. Ruttan and A. de Janvry
Perspectiva da sustentabilidade institucional: desenvolvimento rural sustentável	
Ecodesenvolvimento	I. Sachs
Farming Systems Research	Enfoque francófilo (e.g. M. SERVILLOTE, 1996)
Farmer and People First	Enfoque anglófilo (e.g.D. GIBBON, 1992)

Fonte: adaptado de SEVILLA GUZMÁN; WOODGATE, 1997, citados por GUZMÁN CASADO et al., 2000.

Segundo Newby e Sevilla Guzmán, citado por Guzmán Casado et al. (2000), a perspectiva teórica da sociologia da vida rural está integrada pelo conjunto de teorias que pretendem mostrar a necessidade de introduzir, no manejo dos recursos naturais, as tecnologias derivadas das ciências agropecuárias e florestais. Tratava-se, naquele instante, de regenerar os mecanismos que introduziram nas comunidades rurais as transformações socioculturais que permitiram aos camponeses a passagem de uma agricultura como forma de vida a outra, vinculada ao mercado, na qual o manejo dos recursos naturais passa a ser um negócio.

Assim, os marcos teóricos que selecionamos constituem instrumentos analíticos para a interpretação do funcionamento das comunidades rurais, assinalando as pautas de mudança que permitiriam transformá-las até conseguir um novo objetivo: introduzir uma civilização científica no campo, para fazê-lo sair de seu atraso.

Como veremos nos próximos parágrafos, a infra-estrutura organizativa por meio da qual seria levada adiante tal transformação, foi o desenvolvimento comunitário, via transferência tecnológica dos serviços de extensão agrária e sua difusão planetária na *Revolução Verde*.

A perspectiva teórica da modernização agrícola é apresentada na Tabela 1, a partir do agrupamento dos marcos teóricos ou teorias que, em nossa opinião, são mais relevantes no que diz respeito a situar a necessidade de industrializar a agricultura com *inputs* externos. Essas teorias, provenientes de diferentes disciplinas das ciências sociais, geralmente analisam o conceito de campesinato para adaptá-lo ao novo contexto da referida industrialização.

Os marcos teóricos de natureza antropológica (familismo amoral e teoria do bem limitado) procuram explicar o comportamento dos camponeses, que resistem à forma de desenvolvimento proposta, mediante comportamentos qualificados pela identidade sociocultural europeia, legitimada por sua ciência, como não solidários ou sem posturas éticas fora de sua unidade doméstica.

A teoria da modernização dos camponeses, de natureza sociológica, define os mecanismos para romper a referida resistência camponesa a aceitar a imprescindível competitividade de mercado bem como a secularidade, a empatia e a propensão para alcançar vantagem vinculada à lógica do lucro.

O restante das teorias modernizadoras, assinaladas na Tabela 1, possuem uma natureza econômica, apontando o caminho para o desenvolvimento (as etapas do desenvolvimento econômico), como transformar a agricultura tradicional em outro tipo de agricultura de altos *inputs* externos rompendo, assim, o dualismo econômico dos países subdesenvolvidos ao modificar as formas camponesas atrasadas de produzir e consumir, em estilos de vida modernos; o que seria obtido mediante uma mudança tecnológica induzida, por meio da pesquisa em tecnologias adequadas. A implementação dessa proposta constitui a forma histórica do desenvolvimento rural integrado (DRI), que avaliaremos nos parágrafos seguintes.

A seguir, mostraremos o impacto social e ecológico dessa proposta teórica de desenvolvimento rural por meio de sua primeira forma histórica, o

desenvolvimento comunitário. Essa forma surgiu nos Estados Unidos da América, no início do século 20, e seus objetivos de “criar uma civilização científica no campo” foram cumpridos (Gillette).

Da mesma forma, obtiveram êxito os esquemas do DRI, do ponto de vista da modernização dos camponeses (Rogers), transformando-os em agricultores empresários (Weitz), proporcionando-lhes tecnologias de altos insumos propriamente adequadas (Shultz) e gerando mudanças tecnológicas induzidas (Ruttan). Contudo, não ocorreu o mesmo com as propostas teóricas agrupadas em torno daquilo que definimos na Tabela 1, como perspectiva da sustentabilidade institucional que dá lugar ao desenvolvimento sustentável.

Em outra ocasião, definimos essa perspectiva como o “discurso ecotecnocrático da sustentabilidade” (ALONSO MIELGO; SEVILLA GUZMÁN, citados por GUZMÁN CASADO et al., 2000), já que pretendeu encarar a crise meio ambiental e social atual, sem modificar a natureza industrial que possui o manejo dos recursos naturais de seu modelo produtivo.

Os marcos teóricos que a integram definem um tipo de desenvolvimento rural sustentável com esquemas de codesenvolvimento (SACHS, 1995), onde se pretendia articular o conhecimento local, camponês ou indígena, com tecnologias de natureza industrial, o que foi instrumentalizado por organismos internacionais por meio de implantações polêmicas em vários países latino-americanos (LEFF, 1994, 1998).

A proposta teórica, provavelmente mais relevante daquelas até aqui consideradas, é a que aparece na Tabela 1, como o enfoque interdisciplinar do Farming Systems Research e que por suas múltiplas capacidades de utilização dentro da agroecologia, como desenvolvimento, comentaremos de forma mais abrangente..

É possível diferenciar, claramente, dois enfoques no interior do Farming System Research: por um lado, o enfoque tradicional, de natureza anglosaxônica e, por outro, o enfoque posterior do Institute Nationale de la Recherche Agronomique-Systèmes Agraries et le Développement – Inra-SAT –, que surgiu em 1979, na França, como consequência da crítica de R. Dumont ao ensino agrícola, que não considera a diversidade das estruturas agrárias e a rigidez das recomendações técnicas, pondo em risco os recursos naturais e o legado cultural agrário.

A pesquisa na propriedade agrária iniciou-se na França, com uma nova concepção agrônômica, introduzindo o conceito de itinerários técnicos e

redefinindo o conceito de sistemas de cultivos. As análises sistêmicas do SAT referem-se a:

- Funcionamento e desenvolvimento das unidades de produção agrícola em seus aspectos técnico, econômico e social.
- Estudo de ferramentas para a tomada de decisões.
- Geração de tecnologias de manejo integrado da produção animal e vegetal.
- Sistemas de produção em relação ao uso do solo.
- Sistemas de produção em relação ao processamento de produtos alimentícios (BONNEMAIRE, 1994). O protagonista, tanto em termos teóricos como institucionais, na orientação inglesa do Farming Systems Research é, sem dúvida, segundo Gibbon, citado por Guzmán Casado et al., 2000, que diferencia os seguintes traços como característicos deste enfoque:
  - Pesquisa orientada para o agricultor.
  - Enfoque sistêmico.
  - Busca de rápida solução para os problemas.
  - Enfoque interdisciplinar (incluindo sociólogos e antropólogos, que haviam sido preteridos no trabalho em equipe, realizado por organismos internacionais).
  - Experimentação na unidade de produção agrícola.
  - Participação de agricultores no desenvolvimento de tecnologias.
  - Enfoque holístico (desenvolvimento dinâmico e interativo dos projetos implementados). Ainda que dentro do amplo leque de enfoques do Farming Systems Research existam, conforme mencionado anteriormente, aproximações com a agroecologia enquanto desenvolvimento rural sustentável, a maior parte de tais enfoques não cumprem muitas das proposições apresentadas por Gibbon, no intento de uma definição. (SEVILLA GUZMÁN; WOODGATE, 1997a; SEVILLA GUZMÁN; REMMERS, citados por GUZMÁN CASADO et al., 2000).

O marco teórico do Farming Systems Research foi criado por Robert Chambers, que organizou a transformação dessa proposta teórica, até então claramente vinculada ao ecologismo dos organismos internacionais e dos bancos multilaterais (ALONSO; SEVILLA GUZMÁN, citados por GUZMÁN

CASADO et al., 2000), para a possibilidade de uma escolha contingente entre o desenvolvimento rural como turismo e o desenvolvimento rural como ecologia dos pobres (MARTINEZ ALIER, citado por GUZMÁN CASADO et al., 2000).

Chambers, criticando o desenvolvimento rural convencional, analisa os seis ângulos do sistema internacional de conhecimento e prestígio, considerando os seguintes desdobramentos:

- O ângulo do asfalto, que aponta para o fato de que os funcionários institucionais e os acadêmicos-cientistas atuam apenas em torno do urbano, já que a distribuição internacional (centro-periferia) do conhecimento embute um preconceito espacial que determina que a pobreza não seja perceptível para além de onde chega o asfalto ou das proximidades dos caminhos rurais.
- O ângulo dos contatos, pelo qual as equipes técnicas trabalham somente onde já tenham sido realizados outros projetos de desenvolvimento e existam contatos e dados sobre a área.
- O ângulo do potencial humano, segundo o qual é necessário que se trabalhe com líderes locais, homens, receptores de inovações (visão etnocentrista) e com os mais ativos (visão ainda mais etnocentrista); o da comodidade, o ângulo pelo qual somente se trabalha nas épocas em que as condições climáticas são mais favoráveis.
- O da delicadeza com os pobres (ângulo da diplomacia), o que significa que é muito importante ser diplomático e mostrar-se educado e tímido ao falar sobre a pobreza do país, região ou localidade estudada.
- O ângulo do profissionalismo, pelo qual é necessário não nos envolvermos em problemas alheios à nossa especialização (CHAMBERS, citado por GUZMÁN CASADO et al., 2000).

A partir do debate gerado por essa crítica, se estabelecem as bases metodológicas da agricultura participativa (CORNWALL et al., citados por GUZMÁN CASADO et al., 2000), que apesar de sua instrumentalização das pessoas, em algumas situações, com a aplicação da pesquisa/ação participativa (FALS-BORDA, 1986) ao desenvolvimento urbano (VILLASANTE, 1995) ou ao rural (GUZMÁN CASADO et al., 2000) permite alcançar a práxis intelectual e política da agroecologia.

## Uma interpretação agroecológica das formas históricas de desenvolvimento rural-urbano

Antes de passar à análise da implementação das perspectivas teóricas, até aqui consideradas, mediante formas históricas de desenvolvimento rural, vale a pena considerarmos, ainda que esquematizadamente, um precedente não levado em conta pelo pensamento científico convencional, que pode ser interpretado como uma protoforma histórica de desenvolvimento rural. Tal experiência é conhecida pela historiografia, como a ida até o povo.

Até as primeiras décadas do século 20, quando aparece o desenvolvimento comunitário como a invenção norte-americana da perspectiva teórica da vida rural (*Farm Life and Rural Social Life Studies*), que analisamos antes, não existe nenhuma forma de atuação conhecida que possa ser denominada de desenvolvimento rural, exceto o movimento intelectual e político conhecido como ida até o povo. Isso ocorreu na conjuntura política da abolição da servidão ocorrida na Rússia, em 1861.

Em torno de Chernychevsky (um intelectual revolucionário) nuclearam-se uma série de grupos de operários e estudantes urbanos que constituíram a *Zemia i Volia* (Terra e Liberdade) e que no final daquela década iniciaram uma migração de jovens que foram das cidades ao campo, convencidos do instinto socialista do campesinato, buscando uma aliança pela fórmula do “fundir-se com o povo”.

Isso era visto como o estabelecimento de um intercâmbio de conhecimentos que permitiria iniciar um diálogo de igual para igual entre os camponeses e os intelectuais, gerando o que na atualidade se conhece como pesquisa/ação participativa ou como desenvolvimento participativo de tecnologias agrárias, quando se aplica à propriedade fundiária (GUZMÁN CASADO et al., 2000). Esse movimento desenvolveu fórmulas de ação social coletivas de natureza simétrica (camponeses/intelectuais), tratando de demonstrar a realidade da teoria da marcha atrás.

Em outras palavras, pretendia-se impedir a implantação do capitalismo nas comunidades rurais para evitar a desintegração sociocultural e econômica que havia se produzido nas sociedades rurais dos países europeus que tinham iniciado seus processos de industrialização. O surgimento de grupos de estudantes decididos a analisar o movimento camponês e trabalhar por seus

interesses não era algo novo, já que naquela época, isso já vinha ocorrendo de forma gradual e clandestina, com uma forte autonomia local e com uma organização altamente fragmentada.

No biênio 1873/1874, a emigração de jovens para o campo, para viver nas mesmas condições do campesinato, foi um movimento que adquiriu um caráter expressivo, abarcando mais de 30 províncias, principalmente nas regiões do Volga, do Don e do Dnieper. Não se tratava de ensinar aos camponeses, impondo-lhes os ideais do socialismo ocidental, mas, ao contrário, de perceber suas reais necessidades, diante da certeza de que eles eram conscientes das vantagens do atraso. Foi uma explosão romântica de fé nos instintos socialistas do campesinato russo e, ao mesmo tempo, um dever ético.

Os milhares de homens e mulheres que marcharam para os povoados naqueles anos respondiam, assim, a uma obrigação moral consigo mesmos e com o campesinato: pretendiam demonstrar que a ajuda mútua era o motor da história (SHANIN, citado por GUZMÁN CASADO et al., 2000).

As técnicas participativas e os métodos de extensão – que pretenderam desenvolver – recordavam claramente o que Alexander Chayanov chamaria mais tarde de agronomia social. Não obstante, os resultados do movimento de ida até o povo foram muito desalentadores. Seus jovens entusiastas foram amiúde presos pela polícia com a colaboração ativa daqueles a quem desejavam preparar para a futura revolução ou levantar com uma imediata insurreição.

Os camponeses russos mostraram-se muito menos receptivos às idéias socialistas do que haviam suposto os intelectuais revolucionários. O movimento populista havia atravessado uma grande experiência, faltava analisá-la e tirar conclusões. Isso foi o que fez, mais tarde, o neopopulismo de Chayanov e sua escola de agrônomos russos (SHANIN, 1984; SEVILLA GUZMÁN; HEISER, 1988, ambos citados por GUZMÁN CASADO et al., 2000) como veremos ao avaliar os marcos teóricos do Pensamento Alternativo.

É possível diferenciar, fazendo uma abstração da amplitude das experiências realmente existentes de desenvolvimento rural-urbano três formas históricas: o desenvolvimento comunitário, o desenvolvimento rural integrado (no caso de áreas rurais) ou desenvolvimento local (no caso de áreas urbanas) e o desenvolvimento sustentável, comum para ambas. Na Tabela 2, a seguir, apresentamos uma cronologia dessas formas históricas.

**Tabela 2.** A agricultura nas formas históricas de desenvolvimento rural (em décadas).

Forma histórica	Estados Unidos da América	Restante Norte	Sul	Influência da agricultura
Comunitário	1920 – 1930	1960 – 1970	1940 – 1960	Alta
Integrado	1950 – 1960	1970 – 1980	1960 – 1980	Média
Sustentável	1990 – 2000	1990 – 2000	1990 – 2000	Baixa

A gênese teórica da primeira forma histórica de desenvolvimento rural-urbano teve lugar nas décadas de 1920 e de 1930, nos Estados Unidos da América, concretamente nas tradições sociológicas conhecidas como Sociologia da Vida Rural, considerada para o Desenvolvimento Rural e a Escola de Chicago, para o Desenvolvimento Urbano. Nessa perspectiva urbana, tratava-se de estudar os guetos ou bolsões de pobreza, etnicamente diferenciados, procurando gerar inutilmente estruturas sociais de integração à comunidade (CASTELLS, 1972).

Entretanto, o relevante para o argumento desses papéis é a implementação política, em nível global, do debate em torno à natureza (camponesa ou industrial) do manejo dos recursos naturais. Isso teve lugar por meio da introdução maciça de sementes de alto rendimento vinculadas a pacotes de agrotóxicos, dentro do processo que se convencionou chamar de *Revolução Verde*. Sua instrumentalização prática pode ser interpretada como a primeira forma histórica do desenvolvimento rural-urbano: o desenvolvimento comunitário. Isso ocorre, se aceitamos como definição operativa de desenvolvimento rural a esboçada acima, isto é, elevar o nível de vida da população rural ante a desorganização social e a perda de diversidade sociocultural, gerada pelo avanço do modelo produtivo urbano-industrial.

De fato, o conjunto de ações para satisfazer as necessidades básicas da população em termos educativos, sanitários e da melhoria da infra-estrutura constituíam claramente atividades de desenvolvimento rural, ainda que seu objetivo último fosse a geração de um processo de mercantilização crescente de suas estruturas produtivas agrárias, pretendendo, com isso, incrementar a produtividade da agricultura, introduzindo formas de manejo industrial por meio dos pacotes que acompanhavam as sementes melhoradas (PRESTON, 1985; HULME; TURNER, 1990, citados por GUZMÁN CASADO et al., 2000).



Por uma perspectiva agroecológica, a *Revolução Verde* e, portanto o desenvolvimento comunitário, como forma histórica de desenvolvimento rural, pode ser interpretado como a última fase de um processo maciço de descampesinização. De fato, se aceitarmos a definição de campesinato, que propõe a agroecologia, como uma forma de manejo dos recursos naturais que, onde não receba pressões espúrias, mantém os mecanismos de reprodução biótica dos ecossistemas que artificializa (ALTIERI, 1991), devemos concluir que o campesinato vem mantendo historicamente a sustentabilidade ecológica (GLIESSMAN, 1978, 1989; SEVILLA GUZMÁN; GONZÁLEZ DE MOLINA, 1993, citados por GUZMÁN CASADO et al., 2000). Entretanto, isso somente ocorre porque o manejo dos recursos naturais estava inserido em matrizes socioculturais que preservavam tal epistemologia conservacionista (TOLEDO, 1989, 1993, citados por GUZMÁN CASADO et al., 2000).

Contudo, o processo de descampesinização está vinculado a raízes mais profundas: por um lado, à degradação sociocultural sofrida pelos chamados povos sem história e ao imperialismo ecológico, característico da identidade sociocultural ocidental (WOLF, 1982; CROSBY, 1986, citados por GUZMÁN CASADO et al., 2000) e, por outro lado, a idéia de natureza apresentada pelo iluminismo, primeiramente, e pelo liberalismo histórico, num segundo momento, de que a natureza constitui algo separado do homem e suscetível de ser dominada por ele, pela razão, podendo ser reduzida à condição de mero fator produtivo passível de privatização, mercantilização e cientificação (PLOEG, 1993, citado por GUZMÁN CASADO et al., 2000).

Assim, em finais da década de 1940, já se havia verificado, no denominado Primeiro Mundo, a implantação hegemônica de um modo industrial de uso dos recursos naturais (GADGIL; GUHA, 1992, citados por GUZMÁN CASADO et al., 2000), em que os mecanismos de reprodução biótica dos mesmos podiam ser praticados segundo as exigências do mercado e que a “ciência poderia, por meio do capital, substituir os elementos deteriorados pelo capital” (MARTINEZ ALIER, 1994, citado por GUZMÁN CASADO et al., 2000).

Restava, então, concluir o processo no restante do mundo, tarefa que, em grande parte foi realizada, inicialmente, pelo desenvolvimento comunitário acompanhando a *Revolução Verde*, em seu deslocamento rumo à periferia do centro da produção capitalista. Posteriormente, o referido processo passou a incluir, também, as zonas rurais européias não alcançadas pela agricultura industrializada.

Neste contexto, a primeira forma histórica de desenvolvimento rural pode ser definida como uma estratégia vinculada às ações agronômicas de extensão que pretendia gerar formas autogestionárias de ação social coletiva para conseguir:

- A aceitação de estilos de agricultura industrializada por parte da população local.
- Incrementar o nível de vida da população ou, em casos extremos, satisfazer suas necessidades básicas.
- Construir mecanismos de organização comunitária para obter a participação local na maquinária modernizadora da administração estatal, para transferir tecnologias externas e homogeneizar assim o manejo dos recursos naturais, transformando sua natureza para o modelo industrial.

A respeito do manejo dos recursos naturais, isso supõe que a fertilidade natural do solo – e a constatação como algo vivo – seja substituída por sua utilização como um suporte inerte alimentado pela química sintética. O ar e a água deixam de fazer parte de um contexto inter-relacional com outros seres de cujas funções poderiam utilizar-se, sob controle sistêmico, na produção de bens para o acesso aos meios de vida, para transformar-se definitivamente em meros insumos produtivos cujos ciclos e processos naturais poderiam ser forçados até a obtenção de um rendimento máximo, de acordo com as demandas de mercado, sem considerar o grau de reversibilidade da deterioração causada por essa medida de força e, finalmente, que a biodiversidade fosse subestimada, depreciando-se o processo de co-evolução que lhe havia gerado (GUZMÁN CASADO et al., 2000).

Peter Rosset analisou, de forma lúcida e esquematizada, os resultados dessa primeira forma histórica de desenvolvimento rural da seguinte maneira:

“ em primeiro lugar, a permissão para que a terra de cultivo seja comprada e vendida como bens de consumo e seja permitida a acumulação de áreas por uns poucos (...); em segundo lugar, a carência de capacidade de negociação pelos agricultores familiares e trabalhadores do campo frente aos produtores e intermediários, recebendo cada vez uma menor parte dos lucros no campo; e finalmente a degradação dos solos, o aparecimento de novas pragas, mazelas e enfermidades pelas tecnologias dominantes destruindo as bases da futura produção e tornando cada vez mais difícil e custosa a manutenção das colheitas” (ROSSET, 1998).

Resumindo, a implementação da *Revolução Verde*, por meio do desenvolvimento comunitário como primeira forma histórica do desenvolvimento rural, supõe para o chamado Terceiro Mundo, a substituição maciça dos terrenos comunais pela propriedade privada superconcentrada e o despojamento generalizado de formas sociais de agricultura familiar por latifúndios agroindustriais e, para ambos, centro e periferia, a substituição definitiva dos ciclos fechados de energia e materiais do manejo camponês pela utilização maciça de insumos externos procedentes das multinacionais por meio dos bancos especuladores.

O incontrolável avanço do modelo produtivo agroindustrial havia gerado tão fortes desequilíbrios rural-urbanos que as políticas de desenvolvimento rural se mostraram imprescindíveis para minimizar os custos sociais exigidos pela instauração da modernidade. Assim, na metade da década de 1960, iniciam-se múltiplas atividades, buscando melhorar o nível de vida da população rural, o que levou ao surgimento da forma histórica que denominamos de desenvolvimento rural integrado (DRI), para fazer justiça à designação mais popular para qualificar tais ações.

Na Europa, as denominações para essas ações foram definidas como harmônicas (buscando um equilíbrio intersetorial); integradas propriamente ditas (chamando a atenção para a agricultura de tempo parcial, mais tarde qualificadas como pluriatividade); e de ecodesenvolvimento (introduzindo o objetivo de evitar a degradação ambiental), a qual teve ampla difusão posterior na América Latina, onde adquiriu prioritariamente as denominações de autocentrado (pretendendo romper as fronteiras de dependência externa), endógeno (privilegiando o local), e local (mobilizando as populações envolvidas).

Num interessante trabalho, Miren Etxezarreta apresenta uma recompilação dos estudos mais significativos de desenvolvimento rural integrado dos quais a autora obtém uma valiosa conceituação do tema nos seguintes termos:

“O desenvolvimento rural integrado consiste essencialmente em apresentar esquemas de desenvolvimento no âmbito rural que tem como objetivo a melhoria no nível de vida da população da área envolvida e não o crescimento indiscriminado de um país. Para isso, se estimula o estabelecimento de esquemas de atividade econômica de base territorial, descentralizados e com forte componente de decisão local, que mobiliza a população no sentido de alcançar seu bem-estar mediante a máxima utilização de seus próprios recursos, humanos e materiais. Se considera este método o mais adequado para atingir o objetivo que a utilização de tecnologia e recursos provenientes

do exterior, para os quais se propõe uma forte adaptação às situações e necessidades locais. Pretende-se uma integração dos aspectos materiais, sociais e pessoais da comunidade local, que estimule uma maior participação social e a realização da dignidade de seus habitantes, bem como a articulação dessas comunidades com a sociedade em geral, de uma maneira mais harmônica e equitativa” (ETXEZARRETA, citada por GUZMÁN CASADO et al., 2000).

No que diz respeito ao núcleo central de problemas que se pretende abordar a partir da aplicação dos esquemas do DRI, assinalamos que estes respondem, principalmente, à necessidade de estabelecer maior flexibilidade produtiva e do emprego, tanto em termos de uma perspectiva espacial, como da distribuição da população. Não obstante, os objetivos que o DRI pretende alcançar estão determinados por uma diversidade de problemas abordados por enfoques distintos. Basicamente, esses problemas são:

- A paralisação estrutural gerada pela incapacidade de absorção da mão-de-obra procedente do setor agrário por parte da indústria nas áreas urbanas.
- Os fortes desequilíbrios regionais gerados pelo desenvolvimento regional entre áreas urbanas/rurais de forma geral e especificamente entre as áreas de alta produtividade agrícola incorporadas ao processo global de desenvolvimento capitalista e aquelas outras desmembradas do sistema.

Em íntima relação com o ponto anterior, há que mencionar os desequilíbrios demográficos ocasionados pelo êxodo rural para zonas industrializadas e que, no caso de certas áreas marginais, chegaram a provocar seu despovoamento.

Os teóricos do DRI estabelecem forte debate em torno da questão da planificação e gestão desse tipo de ações. Embora todos eles participassem da idéia de incorporar a população envolvida na tomada de decisões, contudo, não estavam de acordo com o papel que o Estado deveria ter nesses processos.

Finalmente, é preciso destacar a diferença de objetivos que as estratégias do DRI apresentam em sua aplicação no Primeiro Mundo, no que diz respeito aos programas iniciais desenvolvidos nos países pobres.

Conforme foi comentado anteriormente, neste último caso, o objetivo principal dos programas de desenvolvimento comunitário, primeiramente, e as ações do DRI, a seguir, era cobrir as necessidades básicas e servir de paliativo

para a situação de desnutrição da população. Entretanto, na derradeira versão do DRI para os países desenvolvidos, o objetivo primordial é abortar a paralisação e reativar social e economicamente áreas sob forte declínio.

Para isso, a estratégia é, como assinalamos, fomentar a pluriatividade econômica; partindo da premissa de que as áreas deprimidas não podem competir com os sistemas agrários modernizados, sob o argumento de que tradicionalmente as comunidades rurais mantêm uma estrutura econômica diversificada. Com base nessa premissa, se estimula o estabelecimento de novas atividades, que provocam a terceirização das economias rurais empobrecidas.

A maioria das ações de DRI são encaminhadas para o desenvolvimento do turismo rural dessas áreas, sem levar em conta a vocação agrária das mesmas, nem considerar que, inclusive a realização de atividades turísticas aproveitando a qualidade da paisagem das mesmas, deveria supor a manutenção dos sistemas agrários tradicionais, que dão formato a essa paisagem e a conservam historicamente.

As pautas genéricas da atuação do DRI são aplicáveis a todo o mundo, mesmo quando o contexto histórico e a conjuntura intelectual exijam pequenas adaptações. Contudo, em geral, pode-se afirmar que o DRI supõe um ajuste necessário para a expansão do modo industrial de uso dos recursos naturais, para a recomposição dos espaços rurais, por um lado, em pequenos focos altamente produtivos e modernos e, por outro lado, em grandes espaços atrasados, nos quais buscam-se atividades não-agrícolas para gerar renda, já que o processo modernizador não aceita as condições naturais para implementar sua agricultura, a qual, apesar disso, vai-se introduzindo como um mecanismo de erosão do conhecimento local, que torna invisíveis os estilos de manejo não industrializados.

Em muitas partes da América Latina, onde o desenvolvimento comunitário não chegou, o DRI cumpriu um papel de apoio à saúde, educação e infra-estruturas, industrializando e comercializando um manejo cada vez mais vinculado ao mercado.

Em geral, o DRI foi um mecanismo expropriador dos agricultores que buscavam soluções para melhorar seu acesso aos meios de vida. Por isso, não é de se estranhar que o conjunto de experiências alternativas de desenvolvimento rural, emergente em toda a América Latina, pretendeu recuperar os traços básicos da agricultura tradicional que aparecem no acervo socioeconômico e ético-produtivo do campesinato que resiste, por meio de

mecanismos de difícil compreensão pela lógica do lucro (SCOTT, 1985, citado por GUZMÁN CASADO et al., 2000), à modernização urbano-industrial do campo.

Assim, o comportamento dos agricultores latino-americanos, de resistência à trajetória seguida pelo desenvolvimento rural, evidencia uma resistência às políticas institucionais de modernização conduzidas pela articulação multinacional dos estados, por meio de seus mecanismos internacionais (Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial e Organização Mundial do Comércio, principalmente).

A partir da década de 1980, tais organismos adotam, como etiqueta, a sustentabilidade, promovendo por todo o mundo o mesmo tipo de ações que até então vinham praticando, agora com o verniz ecologista de preservação dos recursos naturais. Aparece, assim, a forma histórica de desenvolvimento rural sustentável (DRS).

O conceito de desenvolvimento sustentável implementado, oficialmente, pelos organismos internacionais, é o resultado da interação da abordagem científica com as pressões dos centros de poder da sociedade, que instrumentalizam a ciência para legitimar suas formas de dominação. Este texto não é o espaço mais adequado para examinarmos a gestação teórica (ALONSO MIELGO; SEVILLA GUZMÁN, 1995; citados por GUZMÁN CASADO et al., 2000); do referido processo de elaboração científico-institucional, onde as conceituações iniciais e os arrazoados empíricos ficam subordinados às pressões das multinacionais sobre os estados que regem tal processo de maneira hegemônica (DALY, 1994, citado por GUZMÁN CASADO et al., 2000).

Basta dizer que o desenvolvimento sustentável corresponde ao falso discurso ecologista esboçado pelos organismos internacionais, por meio de uma construção teórica ecotecnocrática, que transmite a mensagem pela qual o planeta está em perigo, não porque os países ricos tenham desenvolvido uma forma de produção e consumo dilapidadora de energia e recursos, contaminante e destruidora dos equilíbrios naturais. Ao contrário, o argumento utilizado é o de que os países pobres têm um grande crescimento de população e deterioram a natureza devido a sua pobreza e degradante apropriação dos recursos naturais, mediante a derrubada das matas e uma agricultura esgotadora da terra (cientificamente marginalizada).

Para os organismos internacionais institucionalizados e os bancos multilaterais de desenvolvimento, a solução encontra-se no processo de

globalização econômica que, por meio de um desenvolvimento sustentável, permita a generalização do consumo do centro às massas da periferia, em rápida multiplicação via a indispensável realização do potencial de crescimento econômico, visando a igualdade de oportunidades nas sociedades modernas e avançadas e a satisfação de suas necessidades básicas nos países menos desenvolvidos.

O *Informe Brundtland*, locus internacional dessa proposta, ao considerar a natureza do manejo desejável dos recursos naturais nas experiências produtivas que fariam desenvolver as tarefas anteriormente assinaladas, considera que

“ a indústria é de importância fundamental para a economia das sociedades modernas e um motor indispensável do crescimento, porque a agricultura que se converteu praticamente numa indústria graças às novas tecnologias, à *Revolução Verde* (...) (e as suas) novas técnicas de cultivo de tecidos e de engenharia genética poderá gerar (outras) variedades de plantas capazes de reter o nitrogênio do ar, progresso que estimulará espetacularmente a indústria de fertilizantes, mas que reduzirá, também, a ameaça de contaminação causada pelos produtos agroquímicos (Comisión Mundial para el Medio Ambiente y el Desarrollo – CMMAD –, 1988, citada por GUZMÁN CASADO et al., 2000).”

Assim, o manejo industrial dos recursos naturais é um requisito imprescindível para esse tipo de desenvolvimento oficial.

Obviamente, o DRS haveria de apegar-se a tais requisitos, isto é, à aplicação do manejo industrial dos recursos naturais às áreas rurais que resistissem à sua aceitação com a introdução de atividades não agrárias que contribuíssem para o processo de privatização, mercantilização e cientificação dos recursos naturais, estabelecido pelo modelo produtivo urbano-industrial e ajustado economicamente pelo desenvolvimento rural, nas diferentes formas históricas até agora avaliadas. O processo de descampesinização, aqui demonstrado, se acha reforçado pelo DRS.

Assim, com sua implementação desde a década de 1990, o processo de mercantilização cresceu em espiral, de tal maneira que um número crescente de tarefas e insumos básicos da produção e da subsistência camponesa foram obtidos por meio dos mercados. Para sua subsistência, os agricultores passaram a mais do mercado do que da natureza. De uma situação na qual a reprodução dos grupos domésticos era em grande parte autônoma, passou-se a outra situação em que a reprodução depende do mercado e não dos agroecossistemas (reprodução dependente, segundo Ploëg, 1993, citado por Guzmán Casado et al., 2000).

Por isso, atualmente, os agricultores familiares contribuem da mesma maneira que os grandes proprietários, para a deterioração do meio ambiente agrário. Sua subsistência depende, muito mais, que o fluxo de nutrientes (fertilizantes), a defesa contra as pragas e enfermidades (fitossanitários) e a demanda de combustíveis (petróleo ou eletricidade) para as máquinas e tratores não seja suspenso ou não atinja preços proibitivos, do que da qualidade ambiental de suas propriedades e do entorno que as rodeia. Tudo isso é o resultado de um desenvolvimento rural sem a agricultura, pois os agricultores ficam impedidos de incorporar seu conhecimento local ao traçado dos métodos pelos quais podem incrementar seu nível de vida. A planificação urbano-industrial estabelece quais são suas necessidades e qual deve ser sua articulação com a sociedade mais ampla.

## **Uma proposta agroecológica de desenvolvimento rural**

A título de conclusão, façamos uma recapitulação final. Na introdução deste trabalho, demonstramos a importância da dimensão social da agroecologia, afirmando que esta somente adquire sua natureza definitiva ao articular os aspectos técnicos (a aplicação da ecologia ao manejo dos recursos naturais no desenvolvimento participativo de tecnologias no campo) com os aspectos sociais que geram um acesso equitativo aos recursos.

Em seguida, fizemos uma incursão teórica pelo pensamento científico convencional, apresentando as razões que, no âmbito das ciências sociais, serviram de instrumento para a posterior implementação do desenvolvimento rural. Assim procedendo, mostramos criticamente a evolução da natureza do manejo dos recursos naturais subjacente aos traçados das distintas formas históricas do desenvolvimento rural.

A trajetória seguida percorre desde a questão agrícola (atores intervenientes na artificialização da natureza) à questão ambiental (modificar o manejo para evitar a deterioração da natureza). Nosso trabalho prossegue com uma interpretação agroecológica da implementação do desenvolvimento rural, onde as múltiplas ações desenvolvidas são classificadas em três categorias, mostrando seu impacto ecológico e social.

Nos últimos parágrafos, por meio de uma reflexão a partir da agroecologia, oferecemos um novo modelo de desenvolvimento rural que pode derivar da agroecologia, mediante uma apresentação esquematizada da evolução do



pensamento alternativo surgido da crítica e réplica ao pensamento científico convencional, anteriormente analisado.

A seguir, trataremos daquilo que, em outro momento, definimos como a acumulação teórica do pensamento alternativo até a agroecologia (SEVILLA GUZMÁN; WOODGATE, 1997a).

De fato, se definirmos o pensamento alternativo como o conjunto de propostas para enfrentar o modelo produtivo agroindustrial atualmente hegemônico, ao longo de sua configuração histórica e considerarmos que essas propostas surgem de uma crítica aos marcos teóricos do pensamento científico convencional anteriormente analisados, torna-se possível, como no caso anterior, agrupar as diferentes propostas teóricas em perspectivas mais amplas que integram o núcleo central de elementos de cada proposta individual.

Assim, para fazer frente à perspectiva da sociologia da vida rural (que fundamenta o desenvolvimento comunitário na introdução do manejo industrial dos recursos naturais que substituía o manejo camponês desses mesmos recursos), no interior do pensamento científico convencional, aparece aqui uma perspectiva neonarodnista e marxista heterodoxa. Por essa perspectiva, critica-se a desorganização social gerada nas comunidades rurais pelo processo de privatização, mercantilização e cientifização da agricultura, introduzido pelo desenvolvimento do capitalismo.

A agronomia social de Chayanov recorre ao legado da antiga tradição européia de estudos camponeses que reivindica a existência de bens comunais (tudo aquilo que a natureza nos oferece para o acesso dos meios de vida da população) para elaborar uma proposta que, utilizando como modelo o manejo camponês dos recursos naturais, pretende evitar a desorganização social das comunidades rurais.

A teoria dos espaços vazios do capitalismo é uma conceituação relativa à existência de uma lógica que, ainda que formalmente pareça conectar-se aos desígnios do mercado, na prática, se afasta disso, para relacionar-se nos momentos pertinentes com formas de produção e circulação (teoria de cooperação vertical) e que critica a falsa participação no estabelecimento de estratégias socioeconômicas (a acumulação primitiva socialista).

A Perspectiva das Teorias da Dependência parte de uma análise crítica da gênese e evolução do funcionamento da economia do mundo, para avaliar o impacto em nível local (Colonialismo interno e teorias da articulação) para

fazer propostas de mudança (teorias da transição), preservando a identidade sociocultural (etnodesenvolvimento) das comunidades rurais.

De forma análoga, a perspectiva dos *Estudos Camponeses* considera a necessidade de resgatar a solidariedade camponesa histórica frente à lógica predadora do modelo urbano agroindustrial (economia moral) para, mediante uma análise das especificidades ecossistêmicas (ecótipos camponeses e antropologia ecológica), fazer propostas de desenvolvimento local (neonarodnismo marxista) baseadas nas tecnologias camponesas. Chega-se, assim, à agroecologia nos termos em que foi definida na introdução deste trabalho e cujos marcos teóricos mais relevantes estão resenhados (Tabela 3).

**Tabela 3.** Perspectivas e marcos teóricos do desenvolvimento rural no pensamento alternativo.

Marcos teóricos	Autores-chave
Perspectiva Teórica do Neonarodnismo e do Marxismo Heterodoxo	
Os Espaços Vazios do Capitalismo	R. Luxemburgo
A Cooperação Vertical	N. Bukarin
A Acumulação Primitiva Socialista	E. Preobrazhensky
Agronomia Social	A. Chayanov
Perspectiva Teórica das Teorias da Dependência	
Centro-periferia / Economia Mundo	A. Gunder Frank, I. Wallerstein
Colonialismo Interno	A. Gorz, P. Casanova González, M. Hecter
Teorias da Articulação	C. Bettelheim, P.P. Rey
	C. Meillassoux, R. Montoya
Teorias da Transição	M. Godelier, H. Alavi
Ecodesenvolvimento	G. Bonfil Batalla; R. Stavenhagen
Perspectiva Teórica dos Estudos Camponeses	
A Economia Moral	K. Polanyi; E.P. Thompson
A Estrutura Social Agrária	B. Galeski
Ecótipos Históricos Camponeses	E. Wolf, K. Wittfogel, S. Mintz
Antropologia Ecológica	A. Vayada; R. Rappaport
Neonarodnismo Marxista	T. Shanin, M. Godelier
Tecnologias Camponesas	A. Palerm; Hernández Xolocotzi
Perspectiva Teórica da Agroecologia	
Economia Ecológica e Ecologia Política	J. Martínez Alier; J.M. Naredo
Aspectos Ecológicos e Agronômicos	M.A. Altieri; S. R. Gliessman
Co-evolução Etnoecológica	V. M. Toledo; R.B. Norgaard
Neonarodnismo Ecológico	E. Sevilla Guzmán; M. González de Molina

Fonte: Guzmán Casado et al. (2000).

Como vimos, ao esquematizar o conceito de agroecologia, o desenho de modelos agrícolas alternativos de natureza ecológica constitui o elemento por meio do qual se pretende gerar esquemas de desenvolvimento sustentável, utilizando como elemento central o conhecimento local e as marcas que ao longo da história esse processo provoca nos agroecossistemas, produzindo arranjos e soluções tecnológicas específicas de cada lugar. Isto é, produzindo o endógeno. Entretanto, vimos como a articulação multinacional dos estados, dos organismos internacionais, vem gerando um falso discurso ambiental, estabelecendo uma falsa definição oficial de sustentabilidade. Por isso, é importante precisar aqui, o que é sustentável para a agroecologia.

- Vimos anteriormente, na linha de Stephen R. Gliessman, que a sustentabilidade não é um conceito absoluto, ao contrário, ela somente existe em contextos gerados como articulação de um conjunto de elementos que permitem a perdurabilidade, no tempo, dos mecanismos sociais e ecológicos de reprodução de um etnoecossistema. O conceito de sustentabilidade pode ser assim definido como:
- A ruptura com as formas de dependência que põem em perigo os mecanismos de reprodução, sejam estas de natureza ecológica, socioeconômica ou política.
- A utilização dos recursos que permitem que os ciclos de materiais e de energia existentes no agroecossistema sejam os mais fechados possíveis.
- A utilização dos impactos benéficos que derivam dos ambientes ecológico, econômico, social e político existentes nos diferentes níveis, desde o da propriedade parcelar até o da sociedade maior.
- A inalteração substantiva do ambiente quando tais mudanças, por meio da trama da vida, conduzam a transformações significativas nos fluxos de materiais e energia que permitem o funcionamento do ecossistema; o que significa a tolerância ou a aceitação de condições biofísicas em muitos casos adversas.
- O estabelecimento dos mecanismos bióticos de regeneração dos materiais deteriorados, para permitir a manutenção, a longo prazo, das capacidades produtivas dos agroecossistemas.
- A valorização, regeneração ou criação de conhecimentos locais, para sua utilização como elementos de criatividade, que melhorem o nível de vida da população definida a partir de sua própria identidade local.

- O estabelecimento de circuitos curtos para o consumo de mercadorias, que permitam uma melhoria da qualidade de vida da população local e uma expressiva expansão espacial, segundo os acordos participativos alcançados por sua forma de ação social.
- A valorização da biodiversidade, tanto biológica como sociocultural.

Essa definição agroecológica de sustentabilidade apenas adquire sentido com o esclarecimento teórico do conceito de endógeno que passamos a analisar.

Embora em termos etimológicos a palavra endógeno signifique “nascido de dentro” (PLOEG; LONG, 1994, citados por GUZMÁN CASADO et al., 2000), o sentido do termo está muito longe de ser estático. A mudança social ocorre com grande intensidade e vigor nos sistemas tradicionais de manejo dos recursos naturais. Ali, onde tais sistemas – por sua perdurabilidade na história – têm provado ser sustentáveis, a mudança social e a inovação tecnológica são uma constante, ainda que na maior parte dos casos tornem-se invisíveis aos olhos urbanos.

A agroecologia articula o tradicional (com sustentabilidade histórica) ao novo (de natureza ambiental). A agroecologia une ambas as características e, com isso, garante um risco mínimo de degradação sobre a natureza e a sociedade, diferentemente do que acontece com a artificialização dos ecossistemas, por um lado, e os mecanismos de mercado, por outro.

Mesmo assim, o endógeno não pode ser visto como algo estanque que rechaça o externo. Ao contrário, o endógeno digere o de fora, mediante a adaptação a sua lógica etnoecológica de funcionamento, isto é, o externo passa a incorporar-se ao endógeno, quando tal assimilação respeita a identidade local e, como parte dela, a autodefinição de qualidade de vida. Somente quando o externo não agride as identidades locais, se produz tal forma de assimilação.

Os mecanismos de assimilação do externo por parte da localidade têm lugar por meio de atores locais, que incorporam a seus estilos de manejo dos recursos naturais aqueles elementos externos que não resultam agressivos ou anti-estéticos à sua lógica de funcionamento. É por isso que os processos de modernização tornam-se uma forma de agressão ao impor uma homogeneidade sociocultural e, por isso, são rechaçados por aqueles estilos que mantêm uma forma de funcionamento de natureza endógena.

Contudo, as forças sociais existentes na localidade são heterogêneas, o que conduz a determinados estilos de manejo dos recursos naturais incorporarem acriticamente os elementos modernizantes, ficando submetidos a sua forma de erosão ecológica e sociocultural. Portanto, para entender cabalmente o endógeno, é necessário compreender o que estamos denominando de “estilos de manejo dos recursos naturais”.

A gênese teórica do conceito de estilo de cultivar (*Style of Farming*) desenvolveu-se nos países baixos e se deve a Hofstee (1957), citado por Guzmán Casado et al. (2000), e à Escola de Wageningen a sua primeira configuração e a Bruni Bebenuti e Jan Douwe van der Ploeg sua configuração empírica (PLOEG et al. 1995, citados por GUZMAN CASADO et al., 2000). Tal conceito faz referência à articulação de:

- O repertório cultural existente vinculado a uma forma de manejo.
- A organização específica dos elementos internos da exploração agrária concreta.
- O modo de interpretar e modelar as relações da propriedade parcelária com o mercado e a tecnologia.
- A forma de gestão e a política administrativa da referida propriedade agrária.

Além disso, o conceito de estilo de cultivar possui uma grande potencialidade analítica para caracterizar e explicar a heterogeneidade do endógeno. Assim, com o objetivo de tentar definir as diversas formas específicas de manejo dos recursos naturais existentes numa comunidade rural, elaboramos, há alguns anos (SEVILLA GUZMÁN; GONZÁLEZ DE MOLINA, 1993, citados por GUZMÁN CASADO et al., 2000), o conceito de

“forma social de exploração (em seu duplo sentido referente tanto à exploração dos recursos naturais, como do trabalho humano) como a forma específica da relação ou combinação entre o trabalho humano, os saberes, os recursos naturais e os meios de produção, com a finalidade de produzir, distribuir e reproduzir os bens e serviços socialmente necessários à vida”.

Mesmo que a denominação não fosse a mais correta, o conceito – por si só – nos permitiu a reelaboração do *Style of Farming*. Uma aplicação empírica disso aparece desenvolvida no capítulo correspondente ao desenvolvimento endógeno nas zonas rurais: atingindo um alvo móvel.

Neste trabalho, como continuidade teórica do que até aqui foi exposto, utilizamos o conceito de estilos de manejo dos recursos naturais, fazendo

referência ao espaço sociocultural e ecológico existente entre o homem e os recursos naturais, gerado como consequência da co-evolução no interior de um etnoecossistema específico. Um estilo de manejo dos recursos naturais significa a realização daqueles arranjos entre os elementos da biosfera (ar, água, terra e diversidade biológica) e a matriz cultural que permite sua articulação, gerando tecnologias específicas locais.

Isso significa a aparição de um repertório cultural e ecológico próprio, que resulta dos intercâmbios gerados entre a natureza, que adquire uma identidade específica na co-evolução, e os contínuos elementos externos que a dinamizam, implementando uma mudança sociocultural e uma alteração da sucessão ecológica, retardando-a e simplificando o ecossistema em comparação com seu estado pré-agrícola.

Ainda que no ecossistema exista um menor número de espécies e tipos biológicos, o legado cultural introduzido em função da domesticação conduz a um acervo cultural que, apesar de também simplificar a estrutura do solo e a diversidade das diferentes populações vivas, revigora a circulação de nutrientes, causando, por sua vez, crescimento mais rápido e maior vulnerabilidade do sistema.

Definitivamente, o homem artificializa a natureza por meio da cultura, deixando gravada nela sua marca e introduzindo, assim, sua identidade específica. Portanto, é falsa a crença generalizada de que a identidade concreta de uma localidade é produto de seu isolamento. Ao contrário, as respostas socioculturais e ecológicas, resultado da co-evolução, são produto tanto do manejo dos recursos naturais, quanto das explicações que a cultura atribui ao resultados obtidos. Quando as respostas são adequadas à própria localidade e as suas condições concretas e específicas, ocorre a geração de um potencial de possibilidade e limitações.

O mais relevante nas respostas socioculturais e ecológicas geradas a partir do local são os mecanismos de reprodução e as relações sociais que deles derivam. É nos processos de trabalho, e nas instituições sociais surgidas em torno deles, onde aparece a autêntica dimensão do endógeno. O que a agroecologia pretende é ativar esse potencial endógeno, gerando processos que dêem lugar a novas respostas ou façam brotar as velhas (se estas forem sustentáveis).

O mecanismo de trabalho por meio do qual chega-se a tal ativação é constituído do fortalecimento dos marcos de ação das forças sociais internas à localidade. É assim que, por parte dos atores locais, se leva a cabo a

apropriação daqueles elementos de seu entorno (tanto genuinamente locais como genericamente exteriores) que lhes permitem estabelecer novos cursos de ação.

Essas novas estratégias de ação devem garantir o incremento da biodiversidade, no que se refere às formas de relação com os recursos naturais. Elas devem atender não somente à utilização dos mesmos, mas também à sua conservação, empregando, para isso, tecnologias que respeitem o meio ambiente e, além disso, permitam a abertura de espaços na administração, para garantir a participação local. Em suma, a agroecologia como desenvolvimento rural sustentável consiste na busca do local para, partindo daí, recriar a heterogeneidade do mundo rural por meio de formas de ação social coletivas.

## Referências

ALTIERI, M. A. **Agroecology**: the scientific basis of alternative agriculture. Boulder Colorado: Westview Press, 1987.

ALTIERI, M. A. Por qué estudiar la agricultura tradicional. **Agroecología y Desarrollo**, Santiago, v. 1, p. 16-24, 1991.

BONNEMAIRE, J. Farming systems research/extension: approche and the european context: In: DENT, J. B.; McGRÉGOR, M. J. (Ed.). **Experience in creating a research structure for Agrarian systems and development in France**. Paris: INRA, 1994.

CASTELLS, M. **La era de la información**: economía, sociedad y cultura. Madrid: Alianza Editorial, 1998. 3 v.

CASTELLS, M. **La question urbaine**. París: Françoise Maspero, 1972.

FALS-BORDA, O. **Conocimiento y poder popular**. Bogotá: Siglo XXI, 1986.

GINER, S.; SEVILLA GUZMÁN, E. The demise of the peasant: some reflections on ideological inroads into social theory. **Sociologia Ruralis**, Assen, v. 30, p. 13-27, 1980.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecology**: researching the ecological basis for sustainable agriculture. New York: Springer-Verlag, 1989.

GLIESSMAN, S. R. **Seminários regionales sobre agroecosistemas con énfasis en el estudio de tecnología agrícola regional**. Cárdenas: CSAT, 1978.

GUZMÁN CASADO, G.; GONZÁLEZ de MOLINA, M.; SEVILLA GUZMÁN, E. **Introducción a la agroecología como desarrollo rural sostenible**. Madrid: Mundi-Prensa, 2000. 535 p.

LEFF, E. **Ecología y capital**: racionalidad ambiental, democracia participativa y desarrollo sustentable. México: Siglo XXI, 1994. p. 320-321.

LEFF, E. **Saber ambiental**. México: Siglo XXI, 1998.

LONG, N. **An introduction to the sociology of rural development**. London: Tavistock Publications, 1977.

PRESTON, P. V. **New trends in development**: essays in development and social theory. London: Routledge and Kegan Paul, 1985.

ROSSET, P. **Mitos de la revolución verde**. Oakland: Food First, 1998.

SACHS, W. **The development dictionary**: a guide to knowledge as power. 2. ed. London: Zed Books, 1995.

SEVILLA GUZMÁN, E.; WOODGATE, G. Sustainable rural development: forma industrial agriculture to agroecology. In: REDCLIFT, M.; WOODGATE, G. (Ed.). **The international handbook of environmental sociology**. Cheltenham: Edward Elgar, 1997a.

SEVILLA GUZMÁN, E.; WOODGATE, G. From farming system research to agroecology. In: EUROPEAN CONGRESS ON FARMING SYSTEMS RESEARCH AND EXTENSION, 2., Granada, 1997. **Proceedings...** Granada: Junta de Andalucía, 1997b.

VILLASANTE, T. R. **Las democracias participativas**. Madrid: HOAC, 1995.



TV CÃMARA (29/11/16) Uma audiÃncia pÃblica na CÃmara Municipal reuniu agricultores para discutir a agroecologia e o desenvolvimento rural. Reportagem: Marcos Campos VEJA O VÃDEO: [www.youtube.com/watch?v=kQmlQ66pzâ€¦&feature=youtu.be](http://www.youtube.com/watch?v=kQmlQ66pzâ€¦&feature=youtu.be).  
AudiÃncia debate agroecologia e desenvolvimento rural. Show more. Sorry, something went wrong. Retry. Related tracks. Agricultura e Desenvolvimento Rural SustentÃvel ĩ» ĩ 19 set 2016. Silva, Frederico Fonseca da; Schaffrath, Valter Roberto. Show full item record.  
thumb\_up 1 Curtir. file\_download Download. picture\_as\_pdfapplication/pdf (5.846Mb). application/msword (403.5Kb).Ã  
Desenvolvimento SustentÃvel e Agenda 21 ĩ» ĩ 01 ago 2018. Arantes, Elaine Cristina; Stadler, Adriano; Maioli, Marcos RogÃrio.  
Caderno TemÃtico. thumb\_up Curtir. Navegation. Home. Statistic. Agroecologia e Desenvolvimento Rural SustentÃvel, Emater/Porto Alegre/RS, 3(3): 70â€85. Carmo, M. (1995;) Agricultura SustentÃvel e produÃÃo familiar num contexto de reestruturaÃo do sistema agroalimentar. In Reforma AgrÃria, 25 (2-3):114-127 ABRA. Chayanov, A.W. (1974). La organizaciÃn de la unidad econÃmica campesina. Ediciones Nueva VisiÃn, Buenos Aires, Argentina. CLADES. Centro latino Americano de Desrojo Sutenible.